

PERMANÊNCIA DE DHLAKAMA EM MARÍNGUÈ VIOLA ACORDO

— afirma Presidente Chissano num comício na cidade de Lichinga

A.14

por Naftal Donaldo (texto) e Amadeu Marrengula (foto)

O Presidente da República, Joaquim Chissano, disse ontem em Lichinga que "o facto de o Presidente da Renamo continuar a permanecer em Maríngué é uma violação ao Acordo Geral de Paz". O Chefe do Estado moçambicano falava durante um comício, assistido por mais de 60 mil pessoas, que marcou o fim da sua visita de trabalho à província do Niassa. Entretanto, o Presidente da República regressou ainda ontem à capital do país.

Ao falar sobre a trajectória que resultou no actual impasse que se regista na implementação dos compromissos de Roma para a pacificação do país, Chissano afirmou que a Renamo utilizou a África do Sul como intermediária com vista à concretização do encontro entre ele e Dhlakama.

Detalhando as circunstâncias em que ocorreu o contacto para conversações directas com o líder da Renamo, o Chefe do Estado esclareceu que Afonso Dhlakama havia anteriormente manifestado o desejo de se avistar com ele, com vista ao desbloqueamento das principais dificuldades que impedem a aplicação dos compromissos de Roma.

Explicitou que Dhlakama recebeu como resposta a possibilidade de uma cimeira entre ambos na capital do país, a cidade de Maputo, onde seriam debatidos os mecanismos conducentes à remoção dos obstáculos que dificultam a implementação do Acordo Geral de Paz.

Aprofundando a sua explanação, o Presidente da República explicou que com a resposta enviada dia 9 através do Secretariado Geral da Renamo em Maputo, propôs a inclusão da cimeira com Dhlakama em Lichinga, como parte da agenda oficial da visita que iria encetar, ido de Manica, onde havia presidido as cerimónias da retirada das tropas zimbabwéanas do nosso país.

— **Estranhamente, a Renamo utilizou a África do Sul para contactos com o Governo. Porque?** indagou o Presidente da República de Moçambique.

Chissano disse que a Renamo propôs que a reunião ocorresse em Chimolô, visto que **em Maputo não havia segurança.**

No âmbito das suas atribuições como Chefe de Estado, Chissano rejeitou o pedido de Dhlakama, cujo programa coincidia com as cerimónias da retirada do contingente zimbabwéano, de Moçambique, no quadro dos entendimentos rubricados na capital italiana.

Foi então que o Governo aguardou a resposta da Renamo para que o encontro se realizasse em Lichinga, capital da província do Niassa, que desde 1988 não é visitada por Chissano, como Chefe de Estado, pois a preparação do VI Congresso da Frelimo e as negociações de paz absorveram-lhe o tempo disponível, para além de outros assuntos inerentes à gestão do poder.

— **Foi no dia 9 deste mês que enviámos a nossa resposta através dos escritórios da Renamo em Maputo. Sabemos que a Renamo recebeu a nossa resposta, mas que nada fez para nos informar atempadamente,** revelou o estadista moçambicano.

A única mensagem recebida de Maríngué foi que o Presidente Dhlakama não vê nenhuma inconveniência em se encontrar com

o Presidente Joaquim Chissano em Lichinga.

— **Não percebo por que é que a Renamo continua a dizer que não há segurança. Mesmo para aqui, Lichinga. Quer dizer, se realmente controla os tais 85 por cento do país, como propala, por que é que recusa avistar-se comigo em qualquer local do território moçambicano?** — inquiriu Chissano.

AS TRÊS BASES DO DESENVOLVIMENTO

Comentou o facto de eventualmente o representante da Renamo em Lichinga, Mário Cinquenta, ou o coordenador do movimento nesta cidade, Calisto Wataia, terem informado Dhlakama que não havia condições de segurança na capital provincial do Niassa para o acolhimento da aludida cimeira.

— **Contudo, não viemos cá para o encontro com Dhlakama. Temos outras prioridades** — esclareceu Chissano.

Consolidando a sua argumentação, Joaquim Chissano disse aos mais de 60 mil assistentes que há três bases que orientaram a pertinência do lançamento de projectos de desenvolvimento no Niassa, Tete e Cabo Delgado.

Indicou que essas três províncias foram negligenciadas pela administração colonial e foram teatros de guerra durante a luta de libertação nacional.

O Presidente da República comentou o facto de desde 1976 ter sido ateadado o fogo da guerra de desestabilização que afectou todas as províncias do país, inviabilizando assim empreendimentos que haviam sido concebidos para aquelas três províncias do centro-nordeste e norte do país.

— **Agora que estamos em paz é tempo de relancarmos esses programas** — disse.

Chissano afirmou que a visita presidencial ao Niassa visa não só encontrar respostas cabais para os problemas derivados do isolamento em que a província se encontra viciada a nível nacional e estrangeiro, como ainda a explicação do conteúdo do Acordo Geral de Paz, que num dos intervalos da sua intervenção exibiu uma cópia do documento às dezenas de milhares de participantes.

— **Não nos esqueçamos que o subdesenvolvimento do Niassa se deve em grande parte à acção desestabilizadora da Renamo** — recordou o Presidente da República.

De 1964 a 1974 Moçambique foi palco da luta de libertação levada a cabo pela

FRELIMO e de 1976 até 4 de Outubro do ano passado o país foi protagonista de desenlaces que resultaram em cerca de um milhão de mortos e um bilião de dólares em prejuízos infra-estruturais.

— **A reabilitação de toda a linha que vai de Nacala a Cuamba está orçada em cerca de 50 milhões de dólares. Ao câmbio de hoje, se a população moçambicana tivesse que contribuir teria que disponibilizar 10 mil meticais por pessoa, não importando a idade, o sexo e o estrato social** — afirmou Chissano.

Revelou que o troço Cuamba/Lichinga, com cerca de 300 quilómetros, vai absorver aproximadamente 20 milhões de dólares, que os doadores só poderão vir alocar ao nosso país após aturado estudo de viabilidade económica.

— **Mas o desenvolvimento é necessário. O Niassa tem uma população que corresponde somente à metade dos habitantes da cidade de Maputo** — anotou Chissano.

Segundo projecção, a província do Niassa alberga 660 mil pessoas e possui uma superfície de 129 056 quilómetros quadrados.

Está dividida em 15 distritos, 37 postos administrativos e 71 localidades. Lichinga tem 70 mil habitantes.

Durante o ano passado, a Renamo intensificou as suas acções armadas que culminaram com o ataque, assalto e ocupação do distrito de Mavago, a 26 de Setembro, que foi precedida pela ocupação do posto administrativo de Masawize e da localidade de Nkalapa, no mesmo distrito, a 11 e 28 de Julho último, respectivamente.